

As “Marchas da Família com Deus Pela Liberdade”: uma análise da influência da Igreja Católica no golpe de 64

Pamela Peres Cabreira (UFRRJ)

O século XX caracterizou para o Brasil, assim como para muitos países latino americanos e europeus, transformações e experiências políticas das mais variadas. Após o período a que chamamos de Estado Novo¹, sobretudo no final da década de 50 e início dos anos 60, o Brasil vivia tensões tanto políticas, sociais e econômicas, abarcando todos os setores da sociedade. A efervescência do movimento operário e a participação política dos trabalhadores vinham crescendo desde o governo “populista”² de Getúlio Vargas, quando os interesses desta classe ganharam espaço. A Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT, em 1943, trouxe para esta classe maior representatividade política. Nas eleições de 1950 Vargas é eleito, e traz consigo João Goulart como Ministro do Trabalho, nos anos de 1953-54. Jango pretendia aproximar este Ministério dos próprios trabalhadores, estimulando as denúncias contra as infrações cometidas contra a CLT, além de cogitar estender esta legislação para os trabalhadores camponeses, cogitando a Reforma Agrária. A proposta de aumento do salário mínimo em cem por cento em 1954 trouxe uma perceptível inquietação das “classes dominantes”, colaborando para que Jango pedisse demissão de seu cargo.³

As eleições para vice-presidente eram distintas da eleição presidencial, sendo eleito um candidato que poderia ser de outro partido, de outro segmento político. Com isso, Jango elege-se vice tanto do presidente Juscelino Kubitschek quanto de Jânio Quadros. Quando em 1961 Jânio renuncia, por motivos que são discutidos na academia com diferentes percepções⁴, a resistência para que seu vice assumisse é grande, uma vez que João Goulart era partidário do PTB, partido de oposição ao que detinha o controle presidencial nas últimas duas eleições. Pode-se perceber a instabilidade política que começa a se desenhar, uma vez que a inversão de pensamentos e posições políticas se instaura sem aviso prévio. Jango assume constitucionalmente, mesmo com tentativas de impedi-lo, sob regime parlamentarista, onde o Executivo não tinha todos os poderes, cabendo as decisões ao Congresso Nacional e ao gabinete dos Ministros.⁵

O período que Jango assume a presidência é fortemente marcado pelos desdobramentos da Guerra Fria, trazendo juntamente o “perigo comunista”, sobretudo após a Revolução Cubana de 1959, sendo este recorte caracterizado como “de mais agudo anticomunismo na história do século XX”.⁶ Seu governo “populista/nacionalista” e sua busca por reformas que favoreceriam as classes mais baixas, sobretudo os trabalhadores rurais e urbanos, sua ligação com os sindicatos, foram fatores decisivos nos capítulos posteriores à sua chegada à presidência.

A desigualdade nas camadas sociais brasileiras encontrava-se cada vez mais destacada, o favorecimento das medidas políticas de Jango para os populares bem como o momento histórico da Guerra Fria e a repulsa pelo comunismo, foram alguns dos fatores que mobilizou a organização de movimentos tanto esquerdistas como direitistas, cada qual em defesa de seus interesses. As políticas adotadas pelo presidente podem ser consideradas “nacionalistas-reformistas”, mesmo quando procurava manter uma política de “[...] ‘legalidade constitucional’ e não de um programa de reivindicações populares”.⁶ Nos primeiros meses de 1964, pretendia implementar as chamadas “reformas de base”, apoiadas pelos segmentos dos trabalhadores do campo, sobretudo do Nordeste, Centro-Oeste, Extremo Sul e Sudeste, bem como trabalhadores das cidades e estudantes engajados em suas propostas. Sua pretensão de reformas já é anunciada no dia primeiro de janeiro deste ano, nos jornais de circulação no Rio de Janeiro⁸. As reformas consistiam em: reforma agrária; reforma urbana; reforma tributária; reforma eleitoral; reforma bancária; reforma dos estatutos e as reformas universitárias⁹.

A oposição enxergava nesta conjuntura de reformas, uma ameaça às estruturas sociais existentes. Jango começaria então, a ser visto como um possível comunista, desafiando e contrariando o sistema político brasileiro. Essas afirmações foram cada vez mais difundidas nos meios televisivos, rádio, filmes, revistas e jornais. A articulação destes grupos conservadores deu-se em torno da criação, com o apoio da Câmara de Comércio dos Estados Unidos, do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) tendo como função arrecadar e distribuir fundos para campanha anticomunista contra Jango e seu governo. O IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) também colaborou para esta e outras ações¹⁰. O apoio dos Estados Unidos a favor do golpe foi além da criação do Instituto. Com uma possível

ameaça comunista nas Américas, o governo norte-americano, propulsionado pela guerra no Vietnã, apoiou bélica e financeiramente os militares. O capitalismo e suas engrenagens estavam em xeque, sendo o Brasil considerado um “gigante adormecido”, uma possível ruptura mercantil com os Estados Unidos em face de um governo nacionalista, desfavoreceria sua economia e seus interesses, tendo promovido forte influência na política e na propaganda negativa do governo no Brasil.

Jango procurava manter sua postura pacifista, buscando, através de meios legais, implementar suas reformas. Em pronunciamento realizado em fevereiro, garantia que não haveria golpe em seu governo, que em 65 haveria eleições legais de um presidente que o sucederia¹¹.

A difusão das metas e propostas do governo janguista seria anunciada à moda getuliana: no palanque de comícios. Pode-se considerar que um dos episódios que viraram propaganda negativa e auxiliar nas justificativas para os golpistas foi o comício realizado pelo presidente João Goulart na Central do Brasil, em 13 de março, o primeiro deste movimento de comícios. Foi considerado um sucesso, contando com milhares de pessoas, construindo uma atmosfera radicalizante e revolucionária. O mesmo foi organizado pelo movimento sindical e pelos grupos de esquerda. Estipula-se que aproximadamente 200 mil pessoas compareceram à praça, apoiando as propostas de reformas¹². O evento é apresentado como o marco inicial de uma série de medidas que visavam transformar a sociedade brasileira: a assinatura do Decreto da SUPRA, que propunha a desapropriação de latifúndios a ser paga em dinheiro; desmobilização das refinarias de petróleo estrangeiras, representando uma ameaça direta ao direito de propriedade e o encaminhamento ao Congresso da proposta que dava direito de voto aos analfabetos e praças, que seria feito somente no dia seguinte, mas que foi anunciado ao longo do comício¹³.

Este evento traria inúmeras repercussões. Um dos desdobramentos seria a resposta das direitas contra os movimentos de Jango: As Marchas da Família com Deus pela Liberdade. Os segmentos interessados em destituir Jango da presidência contariam com um prato cheio de motivos resultantes do comício. Os desdobramentos nos debates do Congresso Nacional apontam suas posições. O

deputado Federal Antonio Carlos Magalhães colocará Jango como ilegal, supondo que se o comício teria sido organizado pelo PCB, Partido Comunista Brasileiro, teria sido o presidente o orador de um comício ilegal, visto que a legalidade do PCB teria sido caçada no ano de 1947. Em suas próprias palavras:

(Para uma comunicação – Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero lançar meu veemente protesto, em nome da parcela do povo brasileiro que tenho a honra de representar, contra o comício realizado pelo Partido Comunista Brasileiro no Estado da Guanabara e que teve como orador oficial S. Exa. o Sr. Presidente da República. Mas, Sr. Presidente, a própria personalidade do Presidente da República estava ali ferida como a Nação brasileira, porque o Sr. Osvaldo Pacheco, fazendo questão de demonstrar que o Presidente era o seu teleguiado, a todo instante lhe ditava normas e até mesmo frases. O Sr. Presidente da República neste estado em que se encontra, de falta de autoridade, seguia o pelego comunista¹⁴.

Outros fizeram suas críticas ao presidente e suas propostas, como o Deputado Federal Padre Vidigal (PSD/MG); Deputado Antônio Carlos Magalhães (UDN/BA); Deputado Federal Laerte Vieira (UDN/SC); Deputado Maurício Goulart (PTN/SP); Deputado Antônio Sílvio da Cunha Bueno (PSD/SP); Deputado Federal Herbert Levy (UDN/SP); Deputado Benedito Vaz (PSD/GO); Deputado Amaral Neto (UDN/GB).

Menos de uma semana depois, viria a ocorrer a resposta das direitas ao comício da Central. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 19 de março, realizada na Praça da Sé, viria a contar com números estipulados de 500 a 800 mil presentes de acordo com a mídia, articulada pelas personagens políticas Antônio Sílvio da Cunha Bueno e o governador Adhemar de Barros. Especificamente a marcha de São Paulo, viria a caracterizar uma espécie de apelo às Forças Armadas por uma intervenção no cenário político. Para Guisolphi, “os manifestantes católicos saíram às ruas em repúdio ao governo nacionalista de João Goulart, que, segundo acreditavam, possuía um viés comunizante e caminhava para a destruição dos valores religiosos, patrióticos e morais da sociedade”.¹⁵ Outras marchas viriam a acontecer nas capitais e cidades interioranas, contando com o

apoio e organização dos setores da Igreja Católica, parcelas da classe média, políticos de conservadores de direita, por alguns movimentos femininos e pela elite empresarial de alguns setores¹⁶.

O principal órgão financiador e organizador das marchas foi a Igreja Católica. Possuindo um viés absolutamente anticomunista, visava criar um imaginário pejorativo, passando imagem de que estes seriam ateus, violentos, imorais. Grande difusora do anticomunismo no mundo, contava com as Cartas Pastorais e as Encíclicas para “conscientizar” seus fieis. “Em 1937, através da pena de Pio XI, a ‘Encíclica *Divini Redemptoris*’ – considerada o verdadeiro farol na orientação dos fiéis –, afirmava que os cristãos são ‘filhos da luz’ ao passo que os comunistas são ‘filhos das trevas’”.¹⁷

Além da influência do conservadorismo cristão, dos ideais anticomunistas e os interesses particulares das classes, as mulheres exerceram importante papel na formação das Marchas. O discurso do “maternalismo”, construído por uma questão de gênero, incluiu a mulher no cenário político, onde as mães, esposas deveriam servir para a um debate no cenário público, contra as ameaças comunistas aos princípios cristão da família. Ainda que para a autora Dharana, “[...] as entidades femininas que surgiram no contexto do pré-64 devem ser vistas enquanto um fenômeno social heterogêneo, e não apenas como instrumentos de classe”¹⁸, temos de refletir sobre as consequências dos atos das Marchas. Em defesa de um “fenômeno social”, muitos desdobramentos negativos já ocorreram sem punições, sem reflexões. A partir do momento que se declarava apoio ao regime, assumia-se suas consequências.

Daniel Mendonça destaca que os deputados favoráveis ao governo de Jango, poderiam ter usado o momento das Marchas para proteger o governo e acusar a direita, bem como o fizeram no momento do comício da Central. No entanto, não o fizeram. Os políticos da direita enalteceram o evento, sem receber críticas e oposições significativas. Com exemplo deste debate, temos o discurso do Deputado Antônio Sílvio da Cunha Bueno (PSD/SP), em defesa e exaltação da Marcha:

(Para uma comunicação – Sem revisão do orador) – Senhor Presidente, continua ecoando em todos os quadrantes do País

a extraordinária demonstração de civismo oferecida na semana passada por 500 mil brasileiros que vieram à praça pública trazer a mensagem de repúdio do povo paulista às tentativas de comunização de nossa Pátria, tentativas que, infelizmente, ao invés de serem energicamente repelidas pelo poder público, têm contado com a colaboração e o prestígio de inúmeros setores governamentais. A “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, convocada pelas entidades que congregam as mulheres de São Paulo foi sem dúvida uma demonstração inequívoca de fé. O meio milhão de almas que saiu às ruas, espontaneamente, para acompanhar, disciplinadamente, aquela festa cívica não tinha em mente qualquer preocupação de ofender os poderes constituídos. Muito pelo contrário, Senhor Presidente. A “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, constitui, na realidade, um movimento de paz, um apêlo para que os homens mais responsáveis pelos destinos do País aproveitem êste episódio, esta oportunidade que talvez seja a última antes que o País se desgrace com a deflagração de uma guerra civil.¹⁹

Dois são os fatores indiscutíveis no sucesso da Marcha em São Paulo, bem como nas que se seguiram: o grande número de pessoas, que encheram a Praça da Sé e mais suas ruas de entorno, representando um forte apoio à intervenção militar; os presentes e aderentes à Marcha era, sobretudo, composto por mulheres, não partidárias, sendo consideradas como apenas mulheres em prol do bem de suas famílias. Isto acarretou a autenticidade do ato, indo contrariamente ao comício, que teve seu maior número de presentes, trabalhadores e sindicalistas. Portanto, o anticomunismo e a proteção aos valores religiosos e patrióticos mostrava sua maior face nas defesas representadas nas Marchas.

Os depoimentos aqui resgatados do Congresso Nacional nos demonstram as parcialidades partidárias que por serem de direita e anticomunistas, automaticamente se ligavam ao apelo religioso que ali se apresentava. A formação das organizações das Marchas além de apoio financeiro político de cenário do Estado, mobilizou-se através das Ordens católicas, destacando a formação do Movimento de Desagravo ao Rosário, resposta a um pronunciamento do presidente que se distorceu às necessidades da oposição. A partir deste movimento, liderado por Ana de Lurdes que procurada por seu irmão, Cunha Bueno do PSD, tomaram a iniciativa de preparo e organização da Marcha paulista.²⁰ Portanto, seja com o apoio midiático, seja com o apoio da Igreja Católica Apostólica Romana, observa-se que

para que as Marchas alcançassem uma ponte eficaz entre as a prática do discurso e de seu recebimento, “[...] é necessária uma correspondência desses com os bens simbólicos pertencentes a determinado grupo ou sociedade. Ação que gera identidade, reconhecimento”.²¹ Neste sentido, as ações de apoio e intervenção para o golpe civil/militar demonstraram sua eficácia através do simbolismo imposto pelas Marchas.

Na declaração que segue, Aponto a mediação das acusações comparativas ao comício, declaração do Deputado Benedito Cerqueira (PTB/GB):

*(Para uma comunicação) (Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Senhores Deputados, temos ouvido, nestes últimos dias, ainda, os comentários pró e contra as concentrações que se fazem em nosso País. Sr. Presidente, para a satisfação dos homens – se pudéssemos assim chamar – considerados de esquerda nesta Casa, não vimos nenhum deles vir ao microfone para condenar a grande concentração que se realizou em São Paulo, em defesa da lei da Constituição e da ordem. Isto para nós é motivo de alegria, porque demonstra que, de nossa parte, não há nenhuma intolerância. Também, Sr. Presidente, em São Paulo, durante os preparativos para aquela concentração, nenhum dirigente sindical, nenhum dirigente político, quer do P.T.B., quer do Partido Socialista ou de outros partidos coligados, ameaçou ou tomou qualquer atitude a fim de impedir que fôsse a mesma realizada. Assim desejamos que ocorra da outra parte. Não é bom mobilizar senhoras da sociedade para virem com os sagrados rosários impedir que o povo vá à praça pública ou recintos fechados pregar suas ideias. Não é bom mobilizar estudantes e jovens trabalhadores, também ligados a cultos religiosos, para tentar impedir essas manifestações populares. O povo deve manifestar-se em praça pública como desejar. Os que não quiserem ouvir, que lá não compareçam. Quanto aos outros, se for do seu agrado, que compareçam. Assim estaremos praticando realmente a democracia.*²²

Embora as Marchas da Família com Deus pela Liberdade fossem o sinal definitivo de que grande parte da classe média e alta do Brasil era abertamente favorável ao golpe, as grandes manifestações públicas seriam posteriormente banidas depois que os militares tomaram o poder. As marchas seriam as últimas manifestações, reunindo milhares de pessoas nas ruas, mesmo que estas tenham

colaborado, e muito, para o sucesso e adesão desta população brasileira ao golpe de 64.

Notas

¹ Trabalho aqui com conceitos e perspectivas sobre o Estado Novo dos seguintes autores e obras: CAPELATO, Maria Helena Rolim. "Estado Novo: novas histórias", in: FREITAS, Marcos César de (org). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005. CASCARDO, Francisco Carlos Pereira. *A Aliança Nacional Libertadora: novas abordagens*, in: REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge (org.). *A formação das tradições (1889-1945). As esquerdas no Brasil (v.I)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

² Para este conceito, ver: GOMES, Angela de Castro. "Populismo e ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito", in: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. D'ARAUJO, Maria Celina; GOMES, Angela de Castro. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo: Ática, 1989.

³ SANTANA, Ediane Lopes de. "Campanha de desestabilização de Jango: as 'donas' saem às ruas", in: ZACHARIADES, C.G. (org.). *Ditadura Militar na Bahia: novos olhares, ovos objetivos, novos horizontes* Salvador: EDUFBA, 2009, p. 17.

⁴ As possibilidades centrais são de que o presidente teria renunciado frente à sua instabilidade emocional além de sua frequência ao álcool, sendo, portanto, uma renúncia pessoal e imprevista. Por outro lado, considera-se a hipótese de um golpe mal sucedido.

⁵ SANTANA, op. cit., p. 19.

⁶ PRESOT, Aline. "Celebrando a 'Revolução': as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o golpe de 1964", in: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (org.). *A construção social dos regimes autoritários: Legitimidade, consenso e consentimento no século XX, Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 73.

⁷ REIS FILHO, Daniel Aarão. "O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita", in: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua História: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 328.

⁸ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. "Goulart pede reformas em 1964 contra inflação". 1 de Janeiro de 1964, nº1.

⁹ REIS FILHO, op. cit., pp. 329-330.

¹⁰ GUI SOLPHI, Anderson José. "As Marchas da Família com Deus pela Liberdade: Ideologias e práticas católicas no golpe militar de 1964". *Cadernos do CEOM*, ano 22, n. 31, pp. 453-462.

¹¹ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. "Goulart garante aos militares que não quer golpe", 21 de fevereiro de 1964, nº42.

¹² *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. "Goulart decreta a desapropriação de terras, encampa refinarias e pede nova Constituição". 14 de março de 1964, nº61.

¹³ MENDES, Ricardo Antonio Souza. Marchando com a Família, com Deus e pela Liberdade: o "13 de março" das direitas. *Varia História*. nº 33, pp. 234-249.

¹⁴ O citado pronunciamento encontra-se publicado no Diário do Congresso Nacional (Seção I), de 17 de março de 1964, na página 1561.

¹⁵ GUI SOLPHI, op. cit., p. 457.

¹⁶ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. "Passeata de 500 mil em São Paulo defende regime". 20 de março de 1964. Nº 66.

¹⁷ Citado por FABRICIO, Edison Lucas. *Os arautos da ordem: Catolicismo e imaginário Anticomunista*. Publicado nos anais do IV Congresso Internacional de História, Maringá, 2009, p. 2672.

¹⁸ SESTINI, Dharana Pérola Ricardo. *O apoio civil à intervenção militar de 1964: a questão das entidades femininas em São Paulo*. Publicado nos anais do XXIV Simpósio Nacional de História. São Leopoldo, 2007, p.5.

¹⁹ O citado pronunciamento encontra-se publicado no Diário do Congresso Nacional (Seção I), de 24 de março de 1964, nas páginas 1756 a 1757.

²⁰ PRESOT, op. cit., p. 89.

²¹ PRESOT, op. cit., p. 89.

²² O citado pronunciamento encontra-se publicado no Diário do Congresso Nacional (Seção I), de 24 de março de 1964, na página 1758.

Referências Bibliográficas

ASSIS, Denise. *Propaganda e cinema a favor do golpe: 1962-1964*. Rio de Janeiro: Mauad; Faperj, 2001.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. "Estado Novo: novas histórias", in: FREITAS, Marcos César de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

CASCARDO, Francisco Carlos Pereira. "A Aliança Nacional Libertadora: novas abordagens", in: REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge (org.). *A formação das tradições (1889-1945). As esquerdas no Brasil (v.I)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

D'ARAUJO, Maria Celina; GOMES, Angela de Castro. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo: Ática, 1989.

FABRICIO, Edison Lucas. *Os arautos da ordem: Catolicismo e imaginário Anticomunista*. Publicado nos anais do IV Congresso Internacional de História, Maringá, 2009.

FICO, Carlos. "Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n.47, pp. 29-60, 2004.

LOWY, Michael. "As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação", in: REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge (org.). *A formação das tradições (1889-1945). As esquerdas no Brasil (v.I)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

_____. "Populismo e ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito", in: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. "Estado Novo: ambiguidades e heranças do autoritarismo no Brasil", in: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (org.). *A construção social dos regimes autoritários: Legitimidade, consenso e consentimento no século XX, Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GUISSOLPHI, Anderson José. *As Marchas da Família com Deus pela Liberdade: Ideologias e práticas católicas no golpe militar de 1964*. Publicado nos anais do X Encontro Estadual de História, Santa Maria, 2010.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. Marchando com a Família, com Deus e pela Liberdade: o “13 de março” das direitas. *Varia História*. n. 33.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva; Fapesp, 2002.

POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e Ditadura: a III Internacional face ao fascismo*. Porto: Portucarlense Editora, 1972.

PRESOT, Aline. “Celebrando a ‘Revolução’: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o golpe de 1964”, in: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (org.). *A construção social dos regimes autoritários: Legitimidade, consenso e consentimento no século XX, Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

REIS FILHO, Daniel Aarão. “O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita”, in: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua História: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SANTANA, Ediane Lopes de. “Campanha de desestabilização de Jango: as ‘donas’ saem às ruas”, in: ZACHARIADES, C.G. (org.). *Ditadura Militar na Bahia: novos olhares, ovos objetivos, novos horizontes* Salvador: EDUFBA, 2009.

SESTINI, Dharana Pérola Ricardo. *O apoio civil à intervenção militar de 1964: a questão das entidades femininas em São Paulo*. Publicado nos anais do XXIV Simpósio Nacional de História. São Leopoldo, 2007.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Fontes

Diário do Congresso Nacional. (Seção I), de 17 de março de 1964, na página 1561.

Diário do Congresso Nacional. (Seção I), de 24 de março de 1964, nas páginas 1756 a 1757.

Diário do Congresso Nacional. (Seção I), de 24 de março de 1964, na página 1758.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro. “Goulart pede reformas em 1964 contra inflação”. 1 de Janeiro de 1964, nº1.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro. “Goulart garante aos militares que não quer golpe”, 21 de fevereiro de 1964, nº42.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro. “Goulart decreta a desapropriação de terras, encampa refinarias e pede nova Constituição”. 14 de março de 1964, nº61.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro. “Passeata de 500 mil em São Paulo defende regime”. 20 de março de 1964. Nº 66.